ANAIS

IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRÁTICAS RELIGIOSAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

VII SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO LERR/UEL

IV SIMPÓSIO REGIONAL SUL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES (ABHR)

VIII COLÓQUIO NACIONAL CULTURA E PODER (UNESPAR)

Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2021

AS PAUTAS MORAIS COMO INSTRUMENTOS DE GUERRA: "DEFESA DA FAMÍLIA" E "IDEOLOGIA DE GÊNERO" NA CAMPANHA ELEITORAL DE 2018

Frank Antonio Mezzomo (Unespar-PQ) [1]

Brandon Lopes dos Anjos (Unespar-PG) [2]

Resumo: Neste artigo, objetivamos analisar como candidatos evangélicos pentecostais mobilizaram um discurso beligerante durante suas campanhas eleitorais à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), em 2018, na busca por construir e fundamentar suas identidades na dicotomia entre o que consideram como "bem" e "mal", opondo-se às mudanças culturais e demonizando oponentes. Por meio das pautas morais como "defesa da família" e "ideologia de gênero", visam a moralização ou confessionalização das políticas públicas, acionando pânicos morais e medos coletivos como recursos para impulsionar suas campanhas, garantir coesão e engajamento do nicho cristão e deslocar o debate público de temas sociais para a defesa de pautas de cunho religioso. É perceptível, como veremos adiante, que o ativismo conservador evangélico, na produção e difusão de sua identidade, está profundamente aportado no embate contra as transformações culturais nos costumes e valores.

Palavras-Chaves: Religião e política; Pautas morais; Evangélicos; Confessionalização das políticas públicas.

INTRODUÇÃO

> "Vamos mudar o jogo: cultura! Marxismo Cultural! Qual é o último reduto de autoridade? A família! Vamos destruir isso aí para fazer uma sociedade de informes para ser manipulada por uma elite política". Irmãos a coisa é muito mais profunda do que você possa imaginar, você tá brincando com uma coisa séria [...] Eu nunca vou deixar de votar, sabe o porquê irmãos? Porque os esquerdopatas – esse é o nome – esses doentes da esquerda que nos odeiam, odeiam a igreja, a palavra de Deus, os nossos princípios, eles vão votar e vocês numa "pseudoindignação" não vão votar, e quando você não vota você está permitindo que aqueles que são contra os nossos princípios sejam eleitos e, depois, vão fazer leis para nos ferir (ACERVO, Silas Malafaia, 2018).

A fala citada acima, pronunciada pelo pastor midiático Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, foi compartilhada pela deputada estadual paranaense, Cantora Mara Lima, durante a campanha eleitoral em 2018, como forma de justificar a participação de evangélicos na arena política. O fragmento esboça o tom bélico em que se desenvolveu os discursos dos candidatos religiosos no decorrer do pleito ao legislativo paranaense, com um léxico que demonizou adversários e funcionou como munição para defender suas percepções

[1] Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente nos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) e História Pública (PPGHP) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). E-mail de contato: frankmezzomo@gmail.com

[2] Graduado em História pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). E-mail de contato: brandon.njos@gmail.com

morais e eclesiásticas.

Neste artigo, objetivamos analisar como candidatos evangélicos pentecostais mobilizaram um discurso beligerante durante suas campanhas eleitorais à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), em 2018, na busca por construir e fundamentar suas identidades na dicotomia entre o que consideram como "bem" e "mal", opondo-se às mudanças culturais e demonizando oponentes. Com isso, visam a moralização ou confessionalização das políticas públicas, acionando pânicos morais e medos coletivos como recursos para impulsionar suas campanhas, garantir coesão e engajamento do nicho cristão e deslocar o debate público de temas sociais para a defesa de pautas de cunho religioso. Designando-se como representantes de Deus na política, os evangélicos despontam como ator importante na composição da atual onda conservadora que está em curso no Brasil.

Para a análise proposta, foram selecionados quatro candidatos pentecostais de denominações já consolidadas na política eleitoral paranaense (Quadro 1), dos quais três foram reeleitos em 2018 – Cantora Mara Lima[3], Gilson de Souza e Missionário Ricardo Arruda – e um sucedeu o candidato endossado por sua denominação – Alexandre Amaro[4]. Todos receberam apoio oficial da instituição eclesiástica em um ou mais pleitos que participaram, apadrinhamento que atua na construção das campanhas eleitorais e identidades religiosas dos postulantes (LACERDA, 2017; PRANDI; SANTOS; BONATO, 2020; MEZZOMO; ANJOS; PÁTARO, 2020). Os materiais foram coletados nos perfis pessoais e *fanpages* dos candidatos selecionados no *Facebook*, entre 20 de julho – início das convenções partidárias – e 08 de outubro de 2018 – fim do primeiro turno –, período em que as relações entre religião e política se acentuam, com acordos, trincheiras, negociações e diálogos entre os dois campos (ORO; CARVALHO JUNIOR, 2015).

Quadro 1: Principais informações sobre os candidatos selecionados

Nome	Partido	Denominação	Título	Votação	Situação
Alexandre Amaro	Republicanos	IURD	Pastor	49.565	Eleito
Cantora Mara Lima	PSC	AD/Missão	Cantora	33.866	Suplente, posteriormente reeleita
Gilson de Souza	PSC	IEQ	Pastor	46.116	Reeleito
Missionário Ricardo Arruda	PSL	IMPD	Missionário	27.574	Reeleito

Fonte: Dados da pesquisa.

[3] Cantora Mara Lima ficou como primeiro suplente, mas assumiu o mandato ao substituir o deputado Guto Silva (PSD), nomeado pelo Governador Ratinho Junior (PSD) como chefe da Casa Civil.

[4] Alexandre Amaro sucedeu Pastor Edson Praczyk, que já contabilizava cinco mandatos na ALEP, todos respaldados pela IURD.

A escolha da mídia social não ocorre de forma fortuita, mas está baseada em seu potencial para a formação da imagem do candidato, na possiblidade de engajamento dos eleitores por meio de compartilhamentos, curtidas e comentários e, ainda, no alcance de outros públicos que não compõem seu nicho, mas estão fragmentados em múltiplas telas. Ao mesmo tempo, por meio de seus algoritmos, constroem "tribalizações" de ideias e cosmovisões, fornecendo uma perspectiva customizada e parcial da sociedade, com vasta disseminação de informações inverídicas e a publicização de uma gramatica moral bélica, recrudescendo as polarizações (AGGIO; REIS, 2013; MIOLA; CARVALHO, 2017; MACHADO; MISKOLCI, 2019). Com isso, "rompe pactos sociais silenciosos de tolerância, destrói as formas de mediações preexistentes e coloca temas complexos num debate raso e simplificador em que todos são juízes ou réus do pensamento alheio. Ao mesmo tempo, as redes digitais expõem maniqueísmos já presentes na sociedade" (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 951).

O texto está estruturado em duas partes. Na primeira, retomamos, de forma concisa, alguns aspectos históricos da inserção de evangélicos na política partidária brasileira, em parte motivada e definida por fatores políticos, sociais e teológicos. Em seguida, a luz das discussões anteriores, procuramos apresentar como os evangélicos constroem suas identidades, em oposição à um inimigo que trabalha para destruir a moralidade na sociedade brasileira. Para isso, sistematizamos os materiais coletados em dois eixos: (I) normatização de padrões familiares e de relacionamento e (II) regulamentação das práticas educativas e sexuais. É perceptível, como veremos adiante, que o ativismo conservador evangélico, na produção e difusão de sua identidade, está profundamente aportado no embate contra as transformações culturais nos costumes e valores.

TRAJETÓRIAS DOS EVANGELICOS NA POLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES BÉLICAS

Ainda que presentes no território brasileiro desde o século XIX, os evangélicos ligados ao chamado protestantismo de missão – batistas, metodistas, luteranos, adventistas e presbiterianos – não pleiteavam granjear espaço na política partidária, atuando principalmente nos âmbitos da educação e assistência social, com a presença pouca expressiva no espaço público. Mesmo com o crescimento numérico do segmento, alavancado pela rápida fundação e expansão das igrejas pentecostais – com destaque para as Assembleias de Deus (AD) –, a

cosmovisão predominante, até a década de 1980, era de apatia sobre a participação do "crente" na política eleitoral: "Sabemos que somos de Deus e que o mundo inteiro jaz no Maligno" (BÍBLIA, I João 5:1).

Contudo, esse quadro se alterou paulatinamente, mudança que, em parte, pode ser compreendida quando observamos três movimentos. Primeiro, o aumento do número de evangélicos, já na terceira ou quarta geração das primeiras "conversões", o que garantiu a consolidação de certa tradição e o desejo por conquistar relevância no corpo social, avançar para "além dos templos", por meio de um movimento de "evangelização" da sociedade. Quase oito décadas após a fundação das primeiras denominações, marcado por crescimento acentuado, os pentecostais começam a construir e se reconhecer como o "povo de Deus", em oposição ao sectarismo e sentimento de marginalidade até então característico (GUADALUPE, 2020; BURITY, 2020).

Segundo, em paralelo, o fim do regime civil-militar forneceu o estímulo para a participação da sociedade civil, com ampla pluralidade de posições políticas e sociais e presença de novos atores. O movimento de redemocratização do Brasil oportunizou a ocupação de um vácuo de poder pelos evangélicos, com o discurso de purificar a arena política, justificando sua inserção em assuntos tidos como mundanos. Ainda, vale destacar que as Assembleias Constituintes foram "momentos de 'refundação' ou repactuação social e política. Nenhum ator com alguma capacidade de organização se furta a estar nelas presente" (BURITY, 2020, p. 202). O receio de que a Igreja Católica ocupasse esses espaços e perseguisse a liberdade religiosa conquistada serviu como gatilho para essa inserção política, facilitada pelo sistema eleitoral de representação proporcional de lista aberta (GUADALUPE, 2018, 2020; LACERDA; BRASILIENSE, 2018). A mobilização alcançou relativo êxito, quando consideramos que foram eleitos, para o legislativo do Congresso de 1986, 19 deputados pentecostais e 14 protestantes históricos, totalizando 33 evangélicos (ORO; TADVALD, 2019).

O terceiro movimento envolvendo os evangélicos, talvez o mais importante, diz respeito às mudanças teológicas ocasionadas no meio pentecostal, a partir da década de 1970, em parte pela ascensão dos chamados Neopentecostais, com destaque para a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). O deslocamento da perspectiva escatológica do pré-milenarismo dispensacionista para uma adaptação do pós-milenarismo alterou a relação do fiel com o profano. Outrora, a expectativa da iminente segunda vinda de Cristo levava os cristãos a não se preocuparem com as "coisas deste mundo", baseada na crença de que o derramamento do Espírito Santo no meio pentecostal seria um sinal de que o fim estava próximo: "E acontecerá

nos últimos dias, diz Deus, que derramarei do meu Espírito sobre toda humanidade" (BÍBLIA, Atos dos Apóstolos 2:17a). Se Jesus logo voltará, para que se preocupar com assuntos que não dizem respeito ao campo espiritual? Se a vinda do anticristo será por meio de um governo mundano unificado, como pode um crente participar de instituições de influência demoníacas, dominadas pelo "príncipe deste mundo"? Assim, "a luta justificável seria aquela por conquista de almas para Jesus numa batalha contra as tentações do mundo e as forças espirituais satânicas. As armas para tal batalha seriam as espirituais [...] e a prática de uma vida reta, livre de vícios e de relacionamentos mais profundos com o 'mundo'" (ROCHA, 2020, p. 615-616).

Entre as décadas de 1970 e 1980, influenciada por movimentos evangélicos norte-americanos, a cosmovisão predominante passou a perceber a sociedade como uma sombra do milênio de Cristo, a Canaã terrestre que espelha a Canaã celestial e, portanto, os crentes devem restaurar o Reino de Deus aqui e agora. Assim, é incorporada "uma escatologia da vitória, que torna os devotos verdadeiros herdeiros do poder, da autoridade e do direito divino de conquistar as nações em nome de Deus" (ALGRANTI, 2010, p. 21). Tal perspectiva está intrinsicamente amalgamada com as teologias *da prosperidade* – o crente deve usufruir dos bens mundanos, que são herança do Deus pai aos seus filhos, prosperidade conquistada proporcionalmente por meio da fé traduzida em ações e doações –, da *guerra espiritual* – uma batalha entre as forças do bem e do mal, com destaque para as instituições políticas, tomadas por satanás, contra quem é necessário fazer guerra –, e *do domínio* – que atestam a missão de tomar o controle e recristianizar todas às áreas da sociedade, destronando satanás e entronizando Jesus (GUADALUPE, 2020; ROCHA, 2020; ORO; TADVALD, 2019). Assim, a pergunta norteadora não é mais sobre a legitimidade de participar, mas qual maneira de fazê-lo de forma efetiva, em uma instrumentalização mútua do religioso e político.

Fundamentada nessas transformações políticas, sociais e teológicas, assistimos a expansão do segmento evangélico no mercado religioso, apresentando uma pluralidade de denominações autônomas que expressam sua religiosidade de formas diversas. Concomitante ao crescimento numérico, ocuparam espaços nas mídias tradicionais, como emissoras de rádio e televisão, produziram um mercado gospel de bens, lazer e entretenimento religioso para consumo, permearam a sociedade com suas referências e, por vezes, suas intolerâncias em relação a outras religiões (CUNHA, 2019). Sua inserção na política eleitoral e a emergência de um ativismo político evangélico, uma das faces mais emblemáticas desta mudança de paradigma, tem chamado atenção de pesquisadores de diversas áreas, com destaque para as alianças simbólicas e pragmáticas com os governos federais desde o início do governo do ex-

presidente Lula (2003-2010), como também a consolidação da bancada evangélica e da Frente Parlamentar Evangélica (FPE).

Sobre a atuação desses agentes, seu primeiro objetivo era garantir uma série de benesses às instituições religiosas, como concessões de emissoras de radio e televisão, criação de feriados – competindo com o calendário católico –, homenagens às autoridades eclesiásticas, bem como fazer frente às pautas progressistas em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, agenda que granjeava sucessivas vitórias na década de 2000. Contudo, a partir de 2010, as questões morais ganharam as mídias, com destaque para as discussões relacionadas ao Plano Nacional dos Direitos Humanos, que previa a descriminalização do aborto, regulamentação de casamentos homoafetivos, adoção de crianças por casais *gays* e o veto à ostentação de símbolos religiosos em repartições públicas (BIROLI, 2019; CUNHA, 2019; CAMURÇA, 2020a, 2020b). Essa efervescência moral "culminou no revigoramento de bandeiras políticas da bancada evangélicas e de lideranças evangélicas, com projetos de visibilidade pública em torno da garantia da moralidade sexual no plano da legislação, sob o rótulo "defesa da família tradicional" contra movimentos feministas e LGBTI" (CUNHA, 2019, p. 11).

As Jornadas de Junho, em 2013, podem ser tomadas como ponto de inflexão histórica, quando uma retórica antipartidária permeou os discursos políticos, junto à moralização das políticas públicas e uma cruzada saneadora contra a corrupção, orientadas pelo dualismo entre petismo e antipetismo. No campo evangélico, as teologias de batalha espiritual e do domínio harmonizaram-se com o antipetismo, incorporando no partido de esquerda – por consequência, em seus membros – a encarnação das forças demoníacas, que devem ser combatidas. Respondendo a esse chamado, as denominações precisam apresentar seus eleitos, representantes do Reino de Deus, apresentados como honestos e justos, os únicos capacitados para vencer a corrupção (MEZZOMO; SILVA; PÁTARO, 2021; ALMEIDA, 2020; MARIANO, 2016).

Nesta peleja, católicos e evangélicos deixam de lados suas diferenças teológicas e formaram um "ecumenismo conservador", união necessária para fundamentar o argumento de maioria cristã, utilizado para justificar a imposição da moralidade cristã na sociedade, desprezando grupos minoritários ao redefinir políticas públicas igualitárias já consolidadas e fazer frente aos novos avanços (BIROLI, 2019; ALMEIDA, 2020; CAMURÇA; ZAQUIEU-HIGINO, 2021). Vale ponderar que não se trata "apenas de reivindicar a proteção estatal da moralidade cristã, mas de inscrevê-la no ordenamento legal do país" (ALMEIDA, 2020, p. 432),

impondo sua cosmovisão em um projeto de confecionalização das políticas públicas (CAMURÇA; ZAQUIEU-HIGINO, 2021).

A sobreposição desses valores como ordenadores de políticas públicas esteve presentes nas campanhas eleitorais de 2018 em todo país, dentre as quais destacamos à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). Ancorados em um cenário cada vez mais polarizado, forjaram suas identidades e seus discursos na dualidade entre bem e mal, nós e o outro, os justos e os ímpios e, ao que tudo indica, continuarão na busca por conservar suas pautas e lutar contra as malignas forças secularizantes.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BÉLICA DOS EVANGÉLICOS

> E outro dia um deputado nesta casa disse que a minha Bíblia era diferente da dele. Óbvio que é diferente! A minha Bíblia é sagrada, não é a Bíblia do PT, onde querem liberar o aborto, querem liberar as drogas [...]. Porém, essa maldição está chegando ao fim (ACERVO, Ricardo Arruda, 2018)

A construção da identidade dos evangélicos foi fundamentada na dicotomia entre dois grupos, o primeiro se autodenomina portador da moralidade, conservador da moral e dos costumes instituídos pela lei de Deus, enquanto o outro, supostamente, objetiva destruir a base judaico-cristã da sociedade, lutando contra a família e a moralidade cristã. É importante destacar que para manter esta identidade, precisam definir um inimigo à ser combatido, ação que encontra respaudo nas doutrinas de batalha espiritual e teologia do domínio. Assim, "arvorando-se servos diletos do Senhor dos Exércitos e militando em suas tropas à frente de um sem-número de batalhas espirituais (e morais, políticas e ideológicas), diversos líderes evangélicos não medem esforços para demonizar seus adversários" (MARIANO, 2016, p. 719). Esse discurso bélico funciona tanto como arma pra defender suas posições e difundir suas referências, como munição para atacar as conquistas dos grupos minoritários, acentuando as polarizações entre esquerda e direita e radicalizando a disputa eleitoral. As pautas apresentadas pelos candidatos permeiam dois eixos: (I) normatização de padrões familiares e de relacionamento e (II) regulamentação das práticas educativas e sexuais.

Normatização de padrões familiares: a "defesa da família"

A "defesa da família" foi a principal pauta moral que perpassou as campanhas de políticos evangélicos em 2018. O discurso desses postulantes está fundamentado na ideia de que existe um molde de família único que foi idealizado por Deus desde a criação da

humanidade. Esse modelo abrange a união heteronormativa entre um homem e uma mulher, por meio do matrimonio, e sua prole, cada um com um papel pré-estabelecido em uma estrutura patriarcal. Esse arranjo familiar estaria ameaçado por grupos que desprezam a moral cristã, o que faz urgir a necessidade de que "cidadãos de bem" militem pela defesa da "família tradicional".

O próprio termo "defesa" já traz em si a ideia de algo que está sob ataque e precisa ser defendido, visão que perpassa, com grande destaque, a campanha de todos os candidatos aqui analisados. Alexandre Amaro, por exemplo, afirmou: "sou cristão e vou lutar por aquilo que verdadeiramente acredito. A família é minha principal bandeira e sei que as outras necessidades como saúde, segurança, educação e geração de empregos vêm ao encontro daqueles que zelam pelos seus" (ACERVO, Alexandre Amaro, 2018). Na mesma toada, Gilson de Souza publicou em um *post*: "Meu mandato sempre foi visando defender a família, a vida e a preservação dos valores cristãos" (ACERVO, Gilson de Souza, 2018). Na imagem 1, podemos observar alguns *flyers* produzidos para difundir a pauta, nos quais o modelo familiar defendido é apresentado.

Imagem 1: *Flyers* dos candidatos em "defesa da família"



Fonte: Acervo (2018).

A pauta também ganha destaque nos *jingles* e *slogans* de campanha. Cantora Mara Lima se identificou como "a Deputada da Família", assim como Gilson de Souza, que utilizou como

slogan “em defesa da família”. Nos *jingles*, utilizaram: “Vote Missionário Arruda / Vote certo outra vez / Pra deputado estadual / Em defesa da família 17123” (ACERVO, Ricardo Arruda, 2018); “Ele cuida do povo / Luta pela família / Pela gente ele vai trabalhar / Todos os dias” (ACERVO, Alexandre Amaro, 2018); “Eu vou votar (eu vou) / Que maravilha / Vote em Gilson de Souza / Em defesa da família” (ACERVO, Gilson de Souza, 2018); “Pela família e pela minha fé / 20123 / Já decidi e é assim que é / 20123” (ACERVO, Mara Lima, 2018). Há um esforço, por parte desses candidatos, para demonstrar que os candidatos defendem um único modelo verdadeiro de família, constantemente ameaçada pelas forças malignas.

Há uma série de problemas na percepção de um único modelo de família. A ênfase na dita “família tradicional” (que não é generalizável) desconsidera e deslegitima a diversidade de configurações familiares no Brasil. Normalizar politicamente uma determinada estrutura torna ilegítimas as outras, descaracteriza-as como família e, consequentemente, retirando as garantias e direitos de proteção estatal. Ao determinar uma única forma correta baseado em um paradigma antipluralista, deixa também subentendido aquilo que é considerado como impróprio, inadequado, condenável, uma clara oposição às famílias formadas por pessoas homoafetivas e transafetivas. Assim, a pauta, que mobiliza os afetos e o imaginário da sociedade brasileira polariza os diversos arranjos familiares em dois grupos antagônicos, em que o patriarcalismo heteronormativo se impõe como a verdade, enquanto toda a pluralidade enquadrada no segundo grupo deve se curvar, ser assimilada ao padrão moral cristão. Por fim, é importante destacar que a pauta oculta e desacredita problemas sociais reais, como o alto índice de abandono paterno (DIAS, 2017; MACHADO, 2017; MEZZOMO; SILVA; PÁTARO, 2021).

Ao atacar a “família tradicional brasileira”, os inimigos utilizam de toda sorte de sortilégios, dos quais se destaca o que se convencionou chamar “ideologia de gênero”.

Regulamentação das práticas sexuais e educativas: a “ideologia de gênero”

O combate à denominada “ideologia de gênero”, conceito que nasceu no seio da Igreja Católica e foi amplamente adotado pelos evangélicos, começou a granjear destaque a partir dos anos 2000, com ápice nas discussões relacionadas ao Plano Nacional de Educação, em 2015. A pauta é uma resposta aos avanços conquistados, principalmente entre as décadas de 1970 e 1990, em relação à saúde reprodutiva da mulher, educação sexual e reconhecimento das uniões homoafetivas e das identidades diferentes da heterossexual. O discurso se sustenta na retórica de que as pessoas que não se submetem à “normalidade” pretendem destruir as “famílias

tradicionais" instaurar uma espécie de "ditadura *gay*" e, portanto, são ameaça a sociedade. Com isso, disseminam um sentimento de terror social, que denominamos pânicos morais (BIROLI, 2019; MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018; MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Na Imagem 2, observamos como os materiais de campanha produzidos para difundir a oposição às discussões de gênero, por vezes associando-as à pedofilia.

Imagem 2: Materiais contra a "ideologia de gênero"



Fonte: Acervo (2018).

Na campanha de 2018, os postulantes não atacaram diretamente as relações homoafetivas, mas focaram principalmente em disseminar que a "ideologia de gênero" busca corromper a inocência das crianças, incitando precocemente sua sexualidade, convencendo-as de que seria possível "trocar" de sexo, e incitando a pedofilia. Abaixo, podemos observar as falas do bispo Iurdiano, Wagner Negrão, em vídeo de apoio à Alexandre Amaro, e do deputado Missionário Ricardo Arruda, respectivamente:

> Nós gostaríamos de falar com todos sobre essa situação que estamos vivendo, um momento crítico em todo país, que querem destruir as nossas crianças, quer destruir as famílias. Nós temos reportagem que os países onde, por exemplo, a ideologia de gênero foi aprovada, já subiu espantosamente. Na

> Inglaterra, por exemplo, 4500% o número de crianças fazendo tratamento para mudança de sexo, e já tem sido provado que isso é desastroso: sofrimento, automutilação, suicídio, isso não funciona... Ele [Alexandre Amaro] tem capacidade de lutar contra esses projetos, contra a destruição de nossas famílias, destruição das nossas crianças (ACERVO, Bispo Wagner Negrão, 2018).

> É inaceitável permitirem que nossos filhos, que as crianças sejam erotizadas a partir dos cinco anos de idade, confundidas quanto a serem meninas ou meninos. Por essa razão, o meu projeto de Lei 'Não mexam com as nossas crianças' e proíbe a ideologia partidária e de gênero. Aqui no Paraná não vamos permitir esse crime! (ACERVO, Ricardo Arruda, 2018).

Como instrumento para defender as crianças desse suposto ataque, os postulantes apostam no Projeto Escola sem Partido, originalmente criado em 2004 por Miguel Nagib, como reação a uma suposta doutrinação política e ideológica que ocorre em sala de aula. No Paraná, o Projeto de Lei foi proposto em dois momentos, sendo que no primeiro contou com 12 autores (PL 748/2015), dentre os quais Cantora Mara Lima, Gilson de Souza, Pastor Edson Praczyk e Missionário Ricardo Arruda, que assinou também o segundo (PL 606/2016) (MEZZOMO, 2018). Durante a campanha, o PL foi defendido baseado no pressuposto de que a escola deve ensinar apenas as disciplinas e não influenciar a formação moral/educacional, esta sendo responsabilidade dos pais, evitando, com isso, que ocorra uma doutrinação da esquerda, que anseia por corromper as crianças e destruir os valores cristãos:

> Esse projeto é para combater e proibir a ideologia partidária e a ideologia de gênero. Ideologia partidária porque [...] na última pesquisa feita, 90% de todo material didático que tem nas universidades só falam de esquerda, então a ideologia não é para discutir políticas variadas e sim a política, ou melhor, a maldita política corrupta da esquerda comunista, isso aí não podemos permitir! E a ideologia de gênero é pior ainda gente, querem pegar crianças de seis anos de idade e começar a orienta-las assim: "você é menina, você pode virar menino; você é menino pode virar menina!" é lógico que não pode, é lógico que não vamos permitir esse tipo de abuso com as nossas crianças (ACERVO, Missionário Ricardo Arruda, 2018).

> Esse projeto vai proteger o seu filho dessa maldita ideologia de gênero que quer confundir as crianças de 6 anos de idade dizendo que elas são meninas e podem virar meninos ou que são meninos e podem virar meninas! não vamos permitir isto, vamos defender as família [...]. Pessoal, o professor tem todo direito de ensinar – direito e obrigação – de ensinar as matérias do currículo escolar: Matemática, Física, Química, História, para que os nossos filhos tenham um bom aprendizado, façam uma boa faculdade e tenham uma boa profissão. Agora, educação quem dá é pai e mãe, quando muito o avô e avó, e ninguém mais (ACERVO, Missionário Ricardo Arruda, 2018).

A oposição às discussões de gênero, maleficamente denominada como “ideologia de gênero”, ameaça os direitos das minorias, põe em xeque a igualdade como valor de referência e restringe os direitos individuais. A pauta busca afastar a participação de grupos LGBTQIA+ e feministas na construção de políticas públicas, delimitando o espaço das discussões como masculino e heterossexual. Para isso, difundem a existência de uma “desordem moral, que ameaçaria a autoridade paterna, a infância e as tradições. Dessa forma, são mobilizados para construir apoio popular à censura, à restrição de direitos individuais e à oposição a pactos coletivos para a educação das crianças” (BIROLI, 2019, p. 87).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade culturalmente pluralista, na qual várias religiões e religiosidades disputam por legitimidade e capilaridade no mercado de fiéis, os grupos religiosos precisam criar fronteiras para delimitar suas identidades, meio pelo qual buscam fornecer certezas, reforçar os laços comunitários e despertar o sentimento de pertencimento. Essa identidade, embora seja apresentada como imutável, é passível de reformulação e está em constante transformação, ao mesmo tempo em que cria tensões com outras comunidades distintas (MARIANO; GERARDI, 2019).

Da mesma forma, os candidatos evangélicos produzem suas identidades como distintivas e combativas, objetivando assegurar coesão e engajamento dos fiéis eleitores, visibilizar sua agenda moral e enfrentar a chamada decadência de seus valores na sociedade. Em relação a campanha de 2018 à Assembleia Legislativa do Paraná, observamos como os candidatos instrumentalizaram a agenda moral para definir suas identidades como servos de Deus, militantes que defendem a conservação da sociedade de acordo com a cosmovisão cristã e que luta em oposição às mudanças culturais. Com isso, buscam afastar grupos minoritários da construção de políticas públicas, delimitando o espaço como masculino e heterossexual e, “portanto, refratário às demandas de emancipação feminina e de expansão de direitos e cidadania àqueles e àquelas que consideram ameaçar sua concepção de mundo tradicional” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 743).

Por meio de um “ecumenismo de direita”, católicos e evangélicos instrumentalizam o argumento de “maioria cristã” como forma para impor freio as pautas progressivas. Por meio de pautas como a “defesa da família” e “ideologia de gênero”, acentuam seus discursos produzindo separação e conflito, impondo seus valores como ordenadores de políticas públicas.

Conforme crescem e ascendem ao poder, passam a ver a democracia voltada a cumprir as vontades da maioria, e não a proteção e equidade dos grupos minoritários, movimento que parece estar longe de encontrar seu arrefecimento.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Camilo; REIS, Lucas. Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012. **Revista Compolítica**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 155-188, jul./dez. 2013.

ALGRANTI, Joaquín María. **Política y religión en los márgenes:** nuevas formas de participación social de las megas-iglesias evangélicas en la Argentina. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2010.

ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 58, p. 419-436, set./dez. 2020.

BIROLI, Flávia. Reação contra o gênero e a democracia. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 23, n. 65, p. 76-87, set./dez. 2019.

BURITY, Joanildo. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil:** os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p. 195-215.

CAMURÇA, Marcelo. Um poder evangélico no Estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 12, n. 25, p. 82-104, jan./abr. 2020a.

CAMURÇA, Marcelo. Religião, política e laicidade no Brasil atual (2014-2019). In: RODRIGUES, Donizete; LELLIS, Nelson. **Religião e política**: o contexto da lusofonia. São Paulo: Ed. Recriar, 2020b, p. 193-212.

CAMURÇA, Marcelo; ZAQUIEU-HIGINO, Paulo Victor. Entre a articulação e a desproporcionalidade: relações do Governo Bolsonaro com as forças conservadoras católicas e evangélicas. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 13, n. 39, p. 207-232, jan./abr. 2021.

CUNHA, Magali do Nascimento. Os processos de midiatização das religiões no Brasil e o ativismo político digital evangélico. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2019.

GUADALUPE, José Luis Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil:** os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p. 17-109.

GUADALUPE, José Luis Pérez. ¿Políticos evangélicos o evangélicos políticos? Los nuevos modelos de conquista política de los evangélicos. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; GRUNDBERGER, Sebastian (Eds.). **Evangélicos y poder en América Latina.** Lima: KAS; IESC, 2018, p. 11-106.

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil Contemporâneo**. 144f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LACERDA, Fábio; BRASILIENSE, José Mario. Brasil: la incursión de los pentecostales en el poder legislativo brasileño. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; GRUNDBERGER, Sebastian (Eds.). **Evangélicos y poder en América Latina.** Lima: KAS; IESC, 2018, p. 141-180.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 351-380, jan./abr. 2017.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, set./dez. 2019.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. “Fake News acima de tudo, fake News acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, v. 17, n. 2, p. 65-90, dez. 2018.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. **Civitas**, v. 16, n. 4, p. 708-726, out./dez. 2016.

MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Os usos do Facebook em campanhas eleitorais: atuação de candidatos evangélicos apoiados por instituições religiosas. **Compolítica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 109-136,

maio/ago. 2020.

MEZZOMO, Frank Antonio; SILVA, Lucas Alves da; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Pela "família tradicional": campanha de candidatos evangélicos para a ALEP nas eleições de 2018. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 13, n. 39, p. 13-41, jan./abr. 2021.

MIOLA, Edna; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. Recursos persuasivos nas campanhas no Facebook: uma proposta metodológica a partir das eleições de 2016 em Curitiba. **Agenda Política**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 254-290, set./dez. 2017.

ORO, Ari Pedro; CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares. Eleições gerais de 2014: religião e política no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 27, p. 145-171, 2015.

ORO, Ari Pedro; TADVALD, Marcelo. Consideraciones sobre el campo evangélico brasileño. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 280, p. 55-67, mar./abr. 2019.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 43-60, jan./mar. 2019.

ROCHA, Daniel. "Faça-se na terra um pedaço do céu": perspectivas messiânicas na participação dos pentecostais na política brasileira. **Perspectivas Teológicas**, Belo Horizonte, v. 52, n. 3, p. 607-632, set./dez. 2020.

* * * * * **